ARTIGOS LIVRES

PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A LUTA DO SEMANÁRIO *OPINIÃO* CONTRA OS CERCEAMENTOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

FOR DEMOCRACY AND FREEDOM OF EXPRESSION: THE STRUGGLE OF THE WEEKLY OPINION AGAINST THE CONSTRAINTS OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

Luan Gabriel Silveira Venturini[1]

Resumo: Este artigo tem por objetivo minimamente apresentar a atuação da imprensa alternativa durante o período de Ditadura civil-militar brasileira, no âmbito dos “Anos de chumbo”. Esse movimento ficou conhecido como um conjunto dos órgãos de imprensa caracterizados por uma posição contrária a grande imprensa; uma posição independente e, em alguns casos polêmica, para certos segmentos sociais. Propomos um caminho de pesquisa para as críticas e denúncias ao Regime ditatorial nas publicações do periódico alternativo *Opinião*, almejando, também, a partir disso, a compreensão do cenário de censura e repressão à imprensa que se configurou naquele período.
Palavras chaves: atuação; imprensa alternativa; Ditadura; censura.

Abstract: This article aims to minimally present the performance of the alternative press during the period of the Brazilian civil-military dictatorship, within the scope of the "Years of lead". This movement became known as a group of press organizations characterized by a position contrary to the mainstream press; an independent position and, in some cases, controversial, for certain social segments. We propose a research path for criticisms and denunciations of the dictatorial regime in the publications of the alternative periodical Opinion, also aiming, from that point on, to understand the scenario of censorship and repression against the press that took place in that period.
Keywords: performance; alternative press; Dictatorship; censorship.

Introdução

O presente artigo tem por intento analisar o processo de atuação da imprensa alternativa durante o período de Ditadura civil-militar brasileira, no

[1] Graduado em História pela UFMS, campus de Três Lagoas (2015-2018). Foi bolsista PET-História Conexões de Saberes. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Unesp, campus de Franca (2020-2022). Atualmente reside em Franca-SP.

âmbito dos “Anos de chumbo”. Esse movimento ficou conhecido como um conjunto dos órgãos de imprensa caracterizados por uma posição contrária a grande imprensa; uma posição independente e, em alguns casos polêmica, para certos segmentos sociais[2]. Buscaremos aqui propor um caminho de pesquisa para as críticas e denúncias ao Regime ditatorial nas publicações do periódico alternativo *Opinião*, almejando, também, a partir disso, a compreensão do cenário de censura e repressão à imprensa que se configurou naquele período.

Antes de mais nada, vale salientar que será estudada aqui uma das três grandes linhagens que o jornalista e professor Bernardo Kucinski (1991) classificou para a imprensa alternativa: a linhagem composta por jornalistas ligados ao projeto político de Raimundo Pereira – um dos mais importantes nomes da imprensa alternativa – que era voltada para as críticas ao Regime no Brasil[3]. Assim sendo, após a implantação do Ato Institucional número 5, os grandes jornais foram silenciados, ou seja, não podiam mais publicar notícias ou reportagens que trouxessem crítica ao Regime. Por isso, estes alternativos, mesmo correndo riscos, não se calaram e viram a importância de dizer o não dito da grande imprensa e de criticar o Estado pelos seus abusos.

A Ditadura civil-militar e a grande imprensa no Brasil

A conjuntura política nacional, na segunda metade do século XX, ficou marcada por um Golpe militar contra o governo democrático do presidente João Goulart, e, em seguida, por uma Ditadura civil-militar. O Golpe de 1964 foi mais do que uma rebelião militar, foi, segundo Napolitano (2014), “uma complexa trama de engenharia política.” (p.43). Envolveu um conjunto de conspiradores contra Jango e suas reformas de base; desde civis e militares à liberais e autoritários; empresários e políticos; classe média e burguesia; além da grande

[2] *Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.* — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.
[3] As outras duas linhagens são: a mais existencial e antidoutrinária; e a dos jornais satíricos, nascida da intelectualidade carioca.

imprensa, que preparou o clima para que os opositores se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela "opinião publicada" (NAPOLITANO, 2014).

Desta forma, tomando como pano de fundo o Golpe e a consequente Ditadura imposta, que esse estudo irá se desenvolver. Foi um período que marcou a história brasileira e até hoje repercute em nossa sociedade, seja por meio de discursos mais conservadores e elitistas que vangloriam a "Revolução de 64", e em casos mais extremos até pedem a volta da Ditadura; ou por meio de trabalhos acadêmicos que mostram a face do Regime: repressivo; sem liberdades de expressão; autoritário e censurador.

A Ditadura civil-militar brasileira durou 21 anos (1964-1985) e deixou uma herança de 191 pessoas assassinadas; 210 desaparecidas; 33 consideradas desaparecidas; e 1.800 vítimas de torturas; segundo o relatório final da CNV (Comissão Nacional da Verdade) divulgado no ano de 2014[4]. Tantas mortes, torturas e desaparecimentos são explicados pela historiografia como parte integrante de um sistema de segurança nacional, que visava manter intacto e inabalável o Regime, seja por meios mais "pacíficos" – censura – ou por meios mais extremos.

Essa repressão ressaltada acima foi ainda mais incisiva durante os ditos "Anos de chumbo" (NAPOLITANO, 2014). Esse período, inserido dentro da Ditadura civil-militar brasileira, iniciou-se em dezembro de 1968 – com a edição do AI-5 – e durou até março de 1974, tendo o seu auge repressivo e censurador durante o governo Médici (1969-1974). Isso não quer dizer que anteriormente à edição do AI-5 não houve abusos e repressão do Estado. Após a tomada do poder pelos militares em 1964:

> Em todos os grandes centros urbanos brasileiros ocorreram episódios de extrema humilhação, como invasão de milhares de residências, prisões arbitrárias, insultos, delações em massa (como o que fez o radialista César de Alencar contra 140 colegas da Rádio Nacional), espancamentos e assassinatos "acidentais". As prisões foram tantas, que foi preciso encarcerar uma parte

[4] Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-10/comissao-da-verdade-confirma-434-mortes-e-desaparecimentos-na-ditadura.html. Acesso em: 10/08/2018.

> dos capturados em navios-presídio, no Rio de Janeiro e em Santos. (BARROS, 1997, p.20)

Os historiadores Carlos Fico (2004) e Marcos Napolitano (2014) também nos proporcionam a compreensão de que houve abusos do Regime logo no primeiro governo militar do Marechal Castelo Branco, já que ele foi complacente com as arbitrariedades da "linha dura", permitindo que esse grupo fosse conquistando mais espaço e poder. Por isso, *"[...] o projeto repressivo baseado numa "operação limpeza" violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe."* (FICO, 2004, p.34)

Sendo assim, o AI-5 foi o amadurecimento de um processo iniciado anteriormente e não uma decorrência dos episódios de 1968, – ano de muita agitação e movimentação nas ruas por parte de estudantes, operários e crescimento da Frente Ampla – sendo o ato "apenas" o golpe mortal no assassinato da liberdade e cidadania brasileira (FICO, 2004). Com isso, os estudantes foram silenciados, os operários controlados e a repressão estava em todos os lugares da sociedade brasileira. Foi à implantação da Ditadura sem qualquer disfarce. Todos os setores, principalmente a imprensa, as criações artísticas e culturais, tiveram que se submeter ao controle do governo, sem poder esboçar qualquer crítica ao comportamento das autoridades (BARROS, 1997).

A grande imprensa nacional, que apoiara de forma entusiasmada o Golpe militar, (com exceção do jornal *Última Hora*) teve suas sedes invadidas e postas sob rígido controle militar; podiam, apenas, divulgar o AI-5, sem fazer críticas e questionamentos (MOTTA, 2013). É importante ressaltar que essa medida de censura a grande imprensa teve duas motivações.

Primeiramente, como sustenta Motta (2013) essa imprensa formada por grandes periódicos – *O Estado de S. Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de S. Paulo*; *O Globo* – anteriormente e também após a tomada do poder pelos militares apoiava as medidas repressivas, pois as entendia como necessárias para consolidar a ordem no país, eliminando as chances das reformas de base do governo Jango e, principalmente, para dar fim a "ameaça" comunista. Entretanto, com o passar do tempo, começaram a aparecer algumas nuanças e críticas nas posições dos periódicos, pois o entusiasmo com a "operação limpeza" variou

entre os diários após algumas medidas consideradas abusivas. Eles começaram a pedir em suas páginas moderação e respeito às leis, para que não fossem cometidas injustiças com ninguém. Essa ambiguidade na fala dos grandes meios de comunicação – em alguns aspectos concordando e em outros não – e a crescente desaprovação ao Regime definiu a censura implantada na grande imprensa com o AI-5, como necessária para o mantimento da ordem e dos ideais da Ditadura. Os militares viram a necessidade de silenciar esses órgãos, para que não houvesse críticas e posicionamentos contrários às atitudes do Estado, ou seja, não queriam ter a imagem atingida e lesada.

O segundo motivo está relacionado também com a imagem do Regime, já que esses veículos de comunicação atingem quase toda a totalidade do país. Por essa razão, os militares não podiam permitir que críticas, questionamentos, ideais de liberdade e cidadania circulassem pelo território nacional.

> [...] os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença, portanto, entre uma imprensa convencional de pequeno, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente. (AQUINO, 1999, p.37)

Então, se isso viesse a ocorrer, haveria uma conscientização política muito maior entre as pessoas, o que fatalmente prejudicaria os planos do Estado autoritário, por que, possivelmente, mais indivíduos da sociedade brasileira contrariaria o sistema repressivo imposto pela Ditadura. Claro, que por se tratar de uma imprensa sensacionalista, aliada aos interesses de uma minoria e do grande capital, fica difícil imaginar duras críticas ao Regime. Mas, só o fato de expor os abusos e as arbitrariedades dos militares já seria algo importantíssimo

na luta pela democracia. Por isso, a censura não demorou muito a se estabelecer.

Após o AI-5 oficiais militares foram colocados nas principais redações para realizar a função de censores. Os grandes – *O Estado de S. Paulo*; *Jornal do Brasil*; *Folha de S. Paulo* – tiveram que se acomodar a nova situação e tratar de política com muita cautela (MOTTA, 2013). *O Estado de S. Paulo* até tentou, como podemos ver no trabalho de Aquino (1999), lutar contra a censura e publicar mesmo que de forma bem sutil, quase imperceptível para a maioria dos leitores, algumas críticas ao Regime. Esse órgão recebia a censura prévia dos oficiais, mas em vez de acatá-la, modificava a edição para que ela fosse publicada com a crítica, sem os censores notarem. Porém, o jornal acabou esbarrando quase que todas às vezes na censura; apesar dos esforços, foi raro quando conseguiu driblá-la.

Já o jornal *O Globo* foi o mais simpático ao AI-5 e por essa razão, tornava desnecessário enviar censores militares para sua redação. Porém, no caso do *Última Hora* e *Correio da Manhã,* o quinto ato significou o início do fim, que não demorou muito a chegar (MOTTA, 2013). Por serem jornais extremamente contrários ao Regime e por deixarem isso bem nítido foi difícil para eles aguentarem a repressão do Estado. Até tentaram enganar a censura em muitos momentos, mas jornalistas foram presos e ameaçados. No decorrer dos meses a censura aliou-se às dificuldades financeiras advindas de um cerco financeiro organizado pela Ditadura, o que levou ao fim dos dois grandes jornais que realmente se posicionavam contra as imposições.

A luta alternativa

Com a grande mídia e praticamente todos os segmentos sociais silenciados pelo AI-5 não havia meios “legais” de oposição e luta contra o Regime. Sendo assim, restava, praticamente, uma única saída: a clandestinidade (BARROS, 1997). Diversos indivíduos que não aceitaram

calados o Golpe e a Ditadura implantada, não aceitariam também a repressão e a censura sem qualquer disfarce.

Por essa razão, muitos indivíduos entraram para movimentos clandestinos de luta armada contra a Ditadura. Esse meio de oposição mais radical foi uma das saídas encontradas pela resistência no combate contra a repressão e as arbitrariedades do Estado. Além disso, os jornalistas que compunham o elenco dos grandes jornais e revistas, e que eram contra o que estava ocorrendo se retiraram de seus empregos – ou foram obrigados a saírem – e fundaram – juntamente com outros segmentos contrários e dispostos a participar da resistência – periódicos alternativos; que não eram ilegais, pois, oficialmente não existia qualquer obstáculo à liberdade de imprensa no país, isto é, a censura que era ilegal segundo a Constituição em vigor (MACHADO, 1978). Logo, teoricamente, este tipo de imprensa podia nascer e também, assim como a grande imprensa, circular normalmente. Entretanto, o aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, ou seja, eles eram os principais veículos de comunicação perseguidos e submetidos a um regime de censura prévia (KUCINSKI *apud* CHINEM, 1995). Vemos assim que a covarde e inconstitucional censura realizada pelo Regime se abatia em todos os tipos de jornais e revistas no Brasil; cabendo então aos alternativos a missão de lutar contra ela, pela liberdade de expressão e pela democracia.

Além de censurada, a grande imprensa se limitava também a realização de críticas e, por vezes, praticava a autocensura porque é ligada a classe que a mantém. Ela poderia tentar exercer um papel de esclarecimento da sociedade, porém só vai até o limite dos interesses de seus proprietários; como ressaltado anteriormente, que são vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional, isto é, aos interesses de uma minoria (CHINEM, 1995). Desta maneira, a liberdade de opinião/expressão dos jornalistas tem como limite a orientação do jornal que trabalha (CHINEM, 1995).

Nesse sentido, podemos definir a imprensa alternativa como um veículo de comunicação que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes. Por isso, os alternativos têm em comum a coragem para denunciar e criticar; sendo a única imprensa naquele período com à audácia de questionar

(CHINEM, 1995). Ainda para o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira[5], – editor dos alternativos *Opinião* e *Movimento* – ela foi uma imprensa democrática, nacionalista e popular de resistência ao modelo em implantação, ou seja, resistência contra o modelo capitalista de desenvolvimento e também oposição à Ditadura civil-militar implantada. Segundo a poetisa Leila Miccolis[6] para ser alternativo tinha que conter então algum tipo de resistência contracultural no sentido amplo, de público universitário, de intelectuais, de teatro, de música, de grupos estigmatizados (negros, mulheres, indígenas, homossexuais), de literatura, de ecologia, etc.

Antes de prosseguirmos, vale a pena destacar o porquê da expressão "imprensa alternativa" e de onde ela veio. O jornalista e escritor Alberto Dines[7] em 1975 chamou-a, primeiramente, de "imprensa do leitor", independente, *underground*. Posteriormente, Dines, aproveitando-se de uma ideia norte-americana, lançou o termo "imprensa alternativa". Segundo ele, era alternativa não apenas de noticiário, mas de mercado, de postura, de organização acionária. Por isso, a imprensa alternativa é avessa a grande imprensa, isto é, ela se segmentou em outras faixas de leitores, direcionado para outros problemas, e que vivia nos jornais de sindicato, de minorias, de intelectuais, de entidades diversas, circulando para um público específico (CHINEM, 1995).

Agora, após definida a expressão, daremos sequência ao tema do estudo ressaltando três aspectos importantes da imprensa alternativa. Primeiro: é errônea a afirmativa de que estes jornais surgiram apenas com a Ditadura e desapareceram com a abertura. Por exemplo, anteriormente ao Golpe militar de 1964, haviam veículos alternativos, especialmente ligados às reformas de base do presidente João Goulart, entre eles estão: *O Binômio*; *O Semanário*; *O Panfleto*[8]. Quase todos saíram de circulação após o Golpe, mas os seus

[5] Apud AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
[6] *Apud* CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
[7] Apud CHINEM, Rivaldo. Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.
[8] *Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.* — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

fundadores foram os percussores dos periódicos alternativos no final da década de 1960, nos “Anos de chumbo”. Foi nesse período que ocorreu o *boom* dos alternativos no Brasil, pois entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de trezentos periódicos alternativos, que se caracterizavam pela oposição intransigente ao Regime militar (CHINEM, 1995); tendo como apogeu de nascimentos os “Anos de chumbo”, devido a ferrenha luta contra a censura.

Segundo: esse *boom* da imprensa alternativa não foi, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro. O estudo de Cintia Lima Crescêncio (2016) traz importantes contribuições para entendermos que mais ou menos na mesma época, devido à instalação de Regimes militares nos países do Cone Sul da América Latina e a censura aos seus meios de comunicação possibilitaram também um *boom* na publicação de periódicos alternativos noutros países também.

Terceiro: como já destacado, os alternativos não foram órgãos clandestinos de imprensa, já que a liberdade de imprensa valia para todos no país, segundo a Constituição. Alguns desses jornais até tinham íntima ligação com os grupos e organizações de esquerda da época, mas eram publicações independentes de qualquer organização e grande mídia, que não se escondiam e faziam questão de expor reportagens, notícias e leituras que realmente levavam a informação a uma população apenas abastecida e “informada” pelos veículos da grande imprensa, censurados ou aliados com o Regime (PEREIRA FILHO, 2004).

Deste modo, a imprensa alternativa de linhagem composta por jornalistas ligados ao projeto político de Raimundo Rodrigues Pereira foi uma série de veículos independentes que se desvencilharam de compromissos comerciais e políticos com o poder estabelecido, cujo único desejo era de informar e procurar a verdade, – não dita pelos grandes – sem fazer disso um negócio (AQUINO, 1999). Essa é a maior diferença dos jornais alternativos para os grandes: eles não visavam o lucro e nem uma enorme circulação de suas publicações a fim de que os seus leitores trocassem os grandes jornais pelos alternativos. Pelo contrário, eles sabiam da impossibilidade, devido à falta de uma estrutura administrativa e financeira de estabelecer uma verdadeira competição, e, além

disso, os alternativos dependiam da grande imprensa, já que precisavam criticar ou dizer o que saía ou não saía nela.

Após o elencado acima e o contexto dos “Anos de chumbo” já exposto, faz-se necessário salientar que a repressão política daqueles anos levou à formação de uma frente oposicionista que, apesar de agrupar ideologias divergentes e tendências com os mais variados graus de discordâncias quanto à continuidade do processo político, uniu-se para fazer oposição ao Regime militar (AQUINO, 1999). Em torno dessa frente oposicionista vão se estruturar projetos jornalísticos como o do alternativo *Opinião*.

“Para entender as notícias, você precisa de opinião”[9]

Opinião foi um jornal brasileiro, de fluxo semanal e caráter alternativo, sediado na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que circulou entre os anos de 1972 e 1977. Teve destaque ao lado dos também jornais alternativos *O Pasquim* e *Movimento*, concentrando-se na veiculação de artigos escritos por jornalistas e intelectuais de oposição ao Regime militar (BRITO, 2012). O jornal contrastava radicalmente em suas publicações com os semanários que tratavam de temas cotidianos da sociedade brasileira, como a *Veja. Opinião* ainda *“[...] ensinava que a notícia é apenas uma pequena parte da verdade, que por trás dela existem razões ocultas, interesses e jogadas.”* (CHINEM, 1995, p.58)

Opinião nasce no começo da década de 1970, imerso em todo aquele contexto autoritário, repressivo e censurador dos “Anos de chumbo” da Ditadura civil-militar que se abatia no país, além do econômico, já que o Brasil vivia a farsa do “Milagre econômico”, sustentado pela exploração da classe trabalhadora (BARBALHO *apud* BRITO, 2012). Deste modo, enquanto alguns da grande imprensa iam no rumo da monopolização, beneficiada pelo capital nacional e internacional e fortalecida pelo Regime, jornais alternativos como *Opinião* criticavam os preceitos antinacionais, antipopulares, antirreformistas e não

[9] *Merchandising* do jornal *Opinião*, presente em suas páginas.

democráticos e se opunha ao monopólio econômico (BRITO, 2012). *Opinião* trazia então *"[...] a proposta de um jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pelo Estado."* (BRITO, 2012, p.3)

O caso de *Opinião*, considerado pelo jornalista Kucinski (1991) o semanário mais influente de toda a imprensa dos anos 70, chama a nossa atenção – além do já exposto – pela sua administração contraditória, balanceada por um representante da burguesia nacional e por jornalistas de concepções esquerdistas e resistentes a Ditadura vigente. Estamos falando do diretor e proprietário do jornal Fernando Gasparian e do seu editor-chefe Raimundo Pereira, que trazia consigo a sua equipe de trabalho. Para Chinem (1995) foi uma aproximação de dois lados opostos, pois Gasparian era empresário, professor universitário e pertencia a elite brasileira; já Raimundo era jornalista, nordestino e pertencia a classe trabalhadora. Sendo assim, o que uniu os dois em torno de *Opinião*? Apesar das claras diferenças sociais, econômicas e até políticas, os dois eram unidos pela visão da importância histórica do jornal (CHINEM, 1995). Para eles, o periódico desempenharia um papel de suma importância na sociedade brasileira de luta pelos ideais de liberdade e democracia, ou seja, eram movidos pelo mesmo ideal e acreditavam que *Opinião* conseguiria os seus objetivos.

Ainda segundo Kucinski (1991) entre os motivos de Gasparian para propor o jornal, estava também o desejo de desempenhar um novo papel social e não ser mais o representante da burguesia nacional. Isso tudo levou a união dos dois e consequentemente a formação de *Opinião*; um semanário de boa qualidade gráfica e jornalística, com uma linha nacionalista, democrática e independente, levando o periódico, rapidamente, a se impor como um veículo influente (MACHADO, 1978). Devido a essas características, *Opinião* não iria fazer política, não faria propaganda de movimentos políticos e muito menos iria preservar a imunidade de grupos (CHINEM, 1995). Surgiu então como um jornal disposto a trazer reportagens que falassem a verdade, e foi o que aconteceu. Nos oito primeiros números, publicou matérias polêmicas para o contexto político da época, como sobre a distribuição de renda e referente a dívida externa. Esses

temas tratados por *Opinião* ganharam notoriedade, visto que ninguém naquele momento escrevia sobre esses assuntos, pois eram proibidos na imprensa; já que eram "problemas que não existiam" (MACHADO, 1978). Por fim, o jornal pretendia fazer *"[...] o seu leitor entender os fatos mais importantes da política, da economia, do comportamento social e da cultura."* (CHINEM, 1995, p.58)

Desta forma, trabalharemos a seguir um desses assuntos: a economia. Porque, como já salientado, o país vivia a farsa do "Milagre econômico" sob o comando do general Médici, que implantou uma política econômica apoiada por investimentos estrangeiros no país. Com isso, a economia brasileira cresceu cerca de 11,1% durante esse período e a inflação teve queda de 25,5% para 15,6%. O país dava sinais de crescimento, desenvolvimento e supostamente de melhorias para a população. Porém, só ficou no sinal. O que se viu foi o enriquecimento absurdo de uma minoria da sociedade brasileira (elite), enquanto que na maior parte crescia a pobreza, a miséria e a fome; a desigualdade social ficou ainda mais acentuada. Tudo isso foi feito justamente a custo do endividamento externo do Brasil. Ou seja, essa conta um dia chegaria e seria bem amarga.

A população, de modo geral, não tinha consciência disso, já que o Governo não permitia que nenhuma notícia ou reportagem, sobre esses fatos, circulasse. Entretanto, *Opinião* ousou e foi além do permitido, publicando em 1972 a reportagem do jornalista Gerson Toller Gomes, intitulada "Duas imagens do milagre", que está na quinta página da Edição nº 1, dos dias 6 a 13 de novembro[10]. Buscaremos agora interpretar e problematizar alguns trechos da referida reportagem[11].

Primeiramente, é importante ressaltar que um jornal é um veículo de informações que nunca será neutro e imparcial, isto é, ele carrega consigo os interesses e posicionamentos do grupo que trabalha nele. Deste modo, *Opinião* traz em suas reportagens e discussões o perfil nacionalista, democrático e de resistência de seus jornalistas e colaboradores à Ditadura civil-militar brasileira.

[10] Disponível em: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Link para acesso: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&PagFis=1. Acesso em: 23/10/2018.
[11] Anexos ao final.

Aliado a isso temos as dificuldades financeiras de todo jornal alternativo da época, que não proporcionava muitas vezes a própria equipe elaborar as suas reportagens e a perseguição aos repórteres, jornalistas e intelectuais no território nacional. Por essa razão, ler, interpretar e discutir acerca de reportagens estrangeiras era uma saída, contestada, mas legítima.

Assim sendo, *Opinião* trouxe nessa reportagem uma interpretação e discussão de matérias dos periódicos ingleses *The Economist* e *The Financial Times*. Apesar de ser fomentada com base em pontos de vistas estrangeiros, o jornal não deixa de expor o seu discurso voltado para os interesses nacionais, ou seja, a melhoria e valorização do país.

De início, quando olhamos para o título da reportagem, "Duas imagens do milagre", já podemos perceber que o intuito do periódico é mostrar que há dois lados sobre o que estava acontecendo na economia do Brasil, portanto, lados opostos (não seriam iguais). Embaixo do título, vem uma pequena observação quanto as análises realizadas pelos semanários estrangeiros: por serem divergentes em suas conclusões, elas permitem uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país, ou seja, *Opinião* acredita que essa reportagem possibilita ao leitor e a leitora terem uma visão, de certa forma, mais crítica quanto ao suposto "Milagre econômico".



Duas imagens do milagre

***The Economist* e *The Financial Times* publicaram dois suplementos especiais sobre o Brasil e sua política econômica. Divergentes em suas conclusões, as análises permitem uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país**

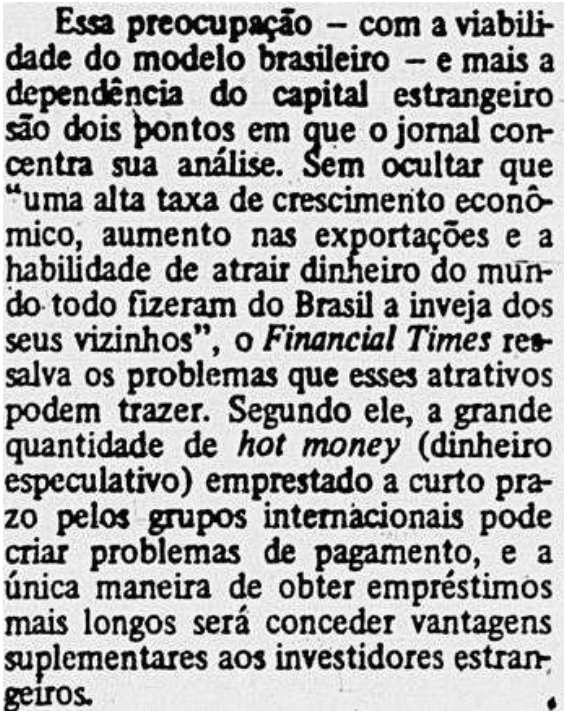
abordem o problema de modo diferente, começam por concordar que houve redução real na renda dos menos favorecidos.

Para o *Financial Times*, essa redução pode ser vista comparando o salário médio na indústria, que aumentou 14 por cento entre 1963 e 1969, e o salário médio geral – "o melhor indi-

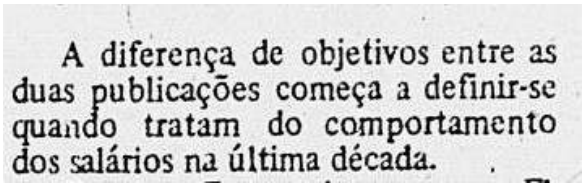
700 mil trabalhado
com os dados acima,
lhão de trabalhadore
grupo com renda s
466,00, mas houve t
créscimo de 1,7 milh
dores no grupo entre
Cr$ 466,00. A difere
mil trabalhadores, fo

No decorrer dos recortes, vemos a confirmação do elencado acima. Por meio da análise e comparação dos dois semanários estrangeiros, *Opinião* permite que se entenda que o país crescia, de fato, economicamente, mas, esse crescimento tinha um custo. Enquanto as produções na indústria (indústrias estrangeiras implantadas no país) aumentavam e davam sinais de desenvolvimento para o país, como o aumento do PIB e a diminuição da inflação,

o nosso meio ambiente era agredido, a concentração de renda ficava cada vez maior (apenas 1% da população se beneficiava), a miséria e a fome crescia na maior parte do país, os salários dos menos favorecidos diminuíam; e ainda, esse "desenvolvimento" vinha por meio de empréstimos estrangeiros e o consequente endividamento externo. Por isso, *Opinião* acredita ser possível fazer uma avaliação mais equilibrada dos rumos do país. Devemos então indagar: que desenvolvimento era este? A custo do que e de quem ele vinha? Por meio desta política econômica, seríamos – realmente – uma nação desenvolvida, em todos os sentidos, no futuro?



Essa preocupação – com a viabilidade do modelo brasileiro – e mais a dependência do capital estrangeiro são dois pontos em que o jornal concentra sua análise. Sem ocultar que "uma alta taxa de crescimento econômico, aumento nas exportações e a habilidade de atrair dinheiro do mundo todo fizeram do Brasil a inveja dos seus vizinhos", o *Financial Times* ressalva os problemas que esses atrativos podem trazer. Segundo ele, a grande quantidade de *hot money* (dinheiro especulativo) emprestado a curto prazo pelos grupos internacionais pode criar problemas de pagamento, e a única maneira de obter empréstimos mais longos será conceder vantagens suplementares aos investidores estrangeiros.



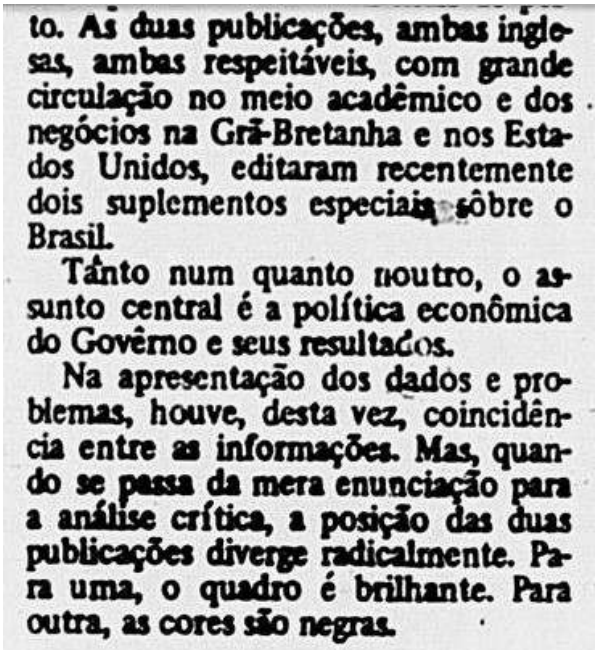
A diferença de objetivos entre as duas publicações começa a definir-se quando tratam do comportamento dos salários na última década.

Para o *Financial Times*, essa redução pode ser vista comparando o salário médio na indústria, que aumentou 14 por cento entre 1963 e 1969, e o salário médio geral – "o melhor indicador para a renda dos trabalhadores menos pagos" – que caiu 7 por cento no mesmo período.

"Como o sr. McNamara sentiu-se obrigado a dizer na III UNCTAD, os dados sôbre a distribuição de renda no Brasil mostram uma deterioração comparativa da situação dos grupos mais pobres. O fato é que a renda real *per capita* da metade mais baixa dos recebedores de renda não aumentou mais de 0,75 por cento ao ano entre 1960 e 1970, passando de 253 para 272 dólares anuais. Em contraste, o 1 por cento de renda mais alta teve um aumento de 11,2 ao ano, passando de 8.350 para 17.700 dólares anuais entre 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, classe média também foi razoavelmente favorecida."

Para o *Economist*, a redução se verifica graças à ampliação do mercado de trabalho, com a absorção de maior número de trabalhadores pelo grupo de menor renda (até Cr$ 210,00), que passou de 10,6 para 17,8 milhões de trabalhadores, em números absolutos, e de 55 para 60 por cento da população ativa, entre 1960 e 1970. Ainda na mesma linha otimista, lembra o semanário que o grupo com renda superior a Cr$ 466,00 também aumentou rapidamente ao longo do período, de 2,4 para 3,4 milhões de trabalhadores, e de 13 para 22 por cento da população ativa. Concorda, finalmente, que

Não podemos ignorar que *Opinião* deixa claro que estas informações são de semanários respeitáveis, de grande circulação no meio acadêmico e dos negócios, ou melhor, o alternativo quer que os leitores reflitam sobre a credibilidade das informações contidas na reportagem; elas não foram retiradas de qualquer lugar, portanto, elas possuem fundamento.



to. As duas publicações, ambas inglesas, ambas respeitáveis, com grande circulação no meio acadêmico e dos negócios na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, editaram recentemente dois suplementos especiais sôbre o Brasil.

Tánto num quanto noutro, o assunto central é a política econômica do Govêrno e seus resultados.

Na apresentação dos dados e problemas, houve, desta vez, coincidência entre as informações. Mas, quando se passa da mera enunciação para a análise crítica, a posição das duas publicações diverge radicalmente. Para uma, o quadro é brilhante. Para outra, as cores são negras.

Como o jornal ressalta, enquanto o *The Economist* tem uma visão mais otimista do "Milagre", mostrando-se assim ser de caráter favorável ao capitalismo feroz, onde realmente "Crescer é Concentrar"; o *The Financial Times* tem uma visão mais realista do que é esse "Milagre", para ele "O 'Milagre' econômico Não-Distribuído" é mais significativo do que informar sobre o aumento do PIB e a diminuição da inflação.

Desta forma, *Opinião* funcionou na época como um canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas – perseguidos pela Ditadura – e seu público, *"[...] devolvendo o direito de expressão aos pesquisadores e pensadores expurgados das universidades."* (CHINEM, 1995, p.59). Segundo Machado (1978) *Opinião* nasce e ajuda jornalistas e intelectuais a renascerem novamente, já que eles não tinham onde mais escrever, possibilitando-os um espaço livre, independente e democrático para expor suas ideias.

> Acho que *Opinião*, realmente, significou uma renovação na imprensa brasileira. Nossa preocupação foi fazer um jornal inteligente, aberto, democrático. Não havia uma linha política pré-determinada, rígida. Quem tivesse uma ideia inteligente a expor, era convidado a escrever. No jornal se expressaram as mais diversas opiniões. (GASPARIAN *apud* MACHADO, 1978, p.127)

Além de renovar a imprensa, com a publicação de notícias e temáticas ousadas para a época em que estava, *Opinião* também inovou no aspecto gráfico e editorial, pois *"[...] o projeto previa uma impressão um pouco melhor do que O Pasquim, com 24 páginas tabloides, uma diagramação elegante, ilustrado por desenhos e não por fotografias."* (BRITO, 2012, p.6). Deste modo, a intenção era resgatar os traços do caricaturista e do chargista, a fim de produzir um jornal de leitura fácil e grafismo crítico (BRITO, 2012).

Como observamos, o semanário dava muita ênfase à economia, mostrando sempre a visão estrangeria dos conflitos; isso gerava algumas críticas, mas era uma estratégia, devido a carência de recursos para coberturas nacionais (BRITO, 2012) e principalmente uma forma de tentar driblar o controle do Estado repressivo, já que por se tratar de notícias estrangeiras, não pegaria bem – lá fora – para o Governo militar censurá-las, pois "não existia" empecilhos à liberdade de expressão da imprensa brasileira. Por essas razões, segundo Brito (2012), as vendas superaram as expectativas, chegando ao número de até 30 mil exemplares em um dia.

Ainda, *Opinião*, desde o início, teve a preocupação de arquitetar um esquema comercial que não dependesse da publicidade (MACHADO, 1978). Como aponta Machado (1978), o semanário não desprezou os anúncios, que o fortaleceriam, entretanto, deveria ter sua receita básica na vendagem de seus números. Era então um jornal feito para servir o leitor, por isso, por ele seria sustentado. Isto posto, a receita que vinha dos anunciantes e das agências publicitárias jamais ultrapassaria 20% do faturamento, evitando assim a ameaça da dependência (MACHADO, 1978).

Porém, após o oitavo número, o semanário passou a ter uma "revisão prévia", isto é, teria um censor na redação (MACHADO, 1978). A partir daquele momento, o promissor jornal alternativo *Opinião* não seria mais o mesmo e iria

ser asfixiado aos poucos pela antidemocrática censura. Com o aperto da censura – desde o primeiro número *Opinião* foi intimidado pelo aparelho repressivo do Estado, mas ainda havia ficado só no aviso – o jornal mudou de caráter, tornando-se um veículo ainda mais engajado na resistência ao Regime militar (BRITO, 2012). Mas, por volta do número 24, o cerco se fechou, pois agora o semanário deveria ser mandado para a censura prévia em Brasília, toda semana. Na capital federal os cortes eram ainda piores e com menos critérios (MACHADO, 1978), levando, *Opinião* a gradativa asfixia e finalmente ao encerramento de suas atividades em 1977.

Considerações finais

O semanário, ao longo de sua existência, buscou desempenhar um papel – enquanto um veículo de informações e conhecimentos – de resistência e de luta pela liberdade de expressão e pela democracia brasileira, que se encontrava imersa em um contexto autoritário e repressivo, imposto pela Ditadura. A grande imprensa nacional, assim como muitas pessoas da sociedade, temiam – até 1964 – o futuro e por isso apoiaram o Golpe de 64. Entretanto, não foram complacentes com os abusos da Ditadura instaurada – exceto o jornal *O Globo* –, desempenhando, num primeiro momento, resistência aos atos que consideravam antidemocráticos por parte do governo. Por isso, a fim de evitar que as críticas a Ditadura circulassem pelo território nacional, os militares instauraram uma forte censura aos grandes veículos de comunicação. Em uma época de silêncio dos grandes jornais, *Opinião* se impôs como um jornal disposto a dizer o que não era dito.

Apesar das disparidades de ideias existentes dentro do grupo, ou seja, a discordância entre os lados: Fernando Gasparian – proprietário e diretor – e Raimundo Pereira, – editor-chefe – com a sua turma de jornalistas, houve união pelo ideal de luta pelas liberdades. Isso levou o jornal a se tornar, para época, uma tendência na imprensa nacional: era independente; anti-imperialista;

nacionalista; valorizava os preceitos democráticos; dava opiniões concretas sobre o momento social, político e econômico vivido pelos brasileiros.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRITO, Roberta Kelly de Souza. Imprensa Alternativa no Brasil: o caso do jornal Opinião. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2012, Recife.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Quem ri por último ri melhor**: humor gráfico feminista no Cone Sul (1974-1988). 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. — Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Opinião x Censura**: momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa***: 1964-1969.* Rio de Janeiro: Revista Topoi, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. **Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.